



## FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

Rua Aderbal Ramos Da Silva, 62 - Centro · Grão Pará/SC · CEP 88890000  
Contato: famgp@graopara.sc.gov.br · 4836521715



### Dados do Requerimento 130222

#### Empreendedor

**Nome:** HIGHLINE DO BRASIL II INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICACOES S.A.

**CPF/CNPJ:** 27902165000105

**Endereço** Rua Albino Gugelmim, 161 - São João · **CEP:** 88305230

**Município:** ITAJAÍ

**Estado:** SC

#### Empreendimento

**Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S/A - 27902165000105**

**Endereço:** Rodovia SC-370, sn - Airurê · **CEP:** 88890000

**Município:** GRÃO PARÁ

**Estado:** SC

**Coordenadas UTM:** X 667017.02, Y 6889668.97

#### Requerimento

**Licença Requerida:** Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA

**CNAE:** 7739-0/99

**Descrição do Empreendimento:** Infraestrutura de pequeno porte para ERB (ESTAÇÃO RÁDIO BASE) - antenas de telecomunicações TIPO BIOSITE, id: SCGRY001 x SR-SCS152, conforme item 5.10 da IN40 IMA/SC: "Não se aplica o licenciamento ambiental em qualquer modalidade para a fixação de antenas de telecomunicação sobre estruturas prediais (rooftop), bem como para fixação de antenas de equipamentos tipo small cell e de equipamentos do tipo biosite em poste metálico de iluminação." A instalação fundamenta-se no Art. 10 da Lei Federal nº 13.116/2015, que estabelece que infraestruturas de pequeno porte prescindem de licenças prévias: "Art. 10. A instalação, em área urbana, de infraestrutura de redes de telecomunicações de pequeno porte, conforme definido em regulamentação específica, prescindirá da emissão das licenças previstas no art. 7º."

**Data:** 14/08/2026

#### Advertência:

Os dados e informações apresentados são de inteira responsabilidade do empreendedor e do responsável técnico que o representa. Lembramos que a apresentação de informações ou documentos falsos é crime, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades previstas na LEI 9.605/98, Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.